

# **Resistir e(é) multiplicar a circulação entre margens e centros: ideias um pouco desarrumadas**

*Resisting and(is) multiplying the circulation  
between margin and center: a bit messy ideas*

**Fernando Seffner**

*Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS*

*Doutor em Educação*

*fernando.seffner@ufrgs.br*

A large, stylized black number 2 is positioned on the right side of the page. The background consists of numerous thin, vertical grey lines that create a textured effect. The number 2 is rendered in a bold, serif font with a thick stroke and a decorative flourish at the top.

## **Resumo**

A partir da provocação de uma topografia de “margens e centros”, o texto faz considerações sobre a norma e a heteronormatividade e reflexões sobre o tema da resistência com base em Foucault. Pensa então os movimentos sociais das homossexualidades como estratégia de construção de pedagogias da resistência.

Palavras-chave: Resistência. Homossexualidades. Heteronormatividade. Pedagogias culturais. Gênero. Sexualidade.

## **Abstract**

Starting from the provocation of topography based on “margins and centers” the text makes considerations on the norms and heteronormativity, and reflections on the theme of resistance parting from Foucault. Think then the social movements of homosexualities in a strategy of building pedagogies of resistance.

Keywords: Resistance. Homosexuality. Heteronormativity. Cultural pedagogies. Gender. Sexuality.

## Das fontes, dos propósitos, da proposta e das origens deste texto

A provocação inicial para pensar o tema da relação entre margens e centros (assim mesmo, tudo no plural) na ótica das sexualidades e dos gêneros (também no plural) veio dos organizadores do Seminário “Das Margens aos Centros: sexualidades, gêneros e direitos humanos”<sup>1</sup>. Uma primeira versão do texto foi então produzida e está publicada nos anais do evento, da qual alguns trechos estão inseridos na presente redação. Minha participação no Seminário, as críticas dos colegas ao texto e a escuta das falas dos demais palestrantes trouxeram contribuições que foram incorporadas nesta versão, e espero ter feito bom uso do que lá aprendi. De toda forma, o turbilhão de ideias geradas no seminário explica a expressão “ideias desarrumadas” do título<sup>2</sup>. Busquei também neste texto atender a um propósito que me inquieta nos últimos anos, que é o de compreender melhor a categoria teórica, política e “militante” da resistência, conceito que conheci através das leituras de Foucault (1985, 2002, 2008). A compreensão (e possível aplicação “prática” do conceito na vida cotidiana, na forma de atos de resistência ou de pensar a vida numa pauta de resistência) tem sido importante para formular minha política pessoal de ação transformadora e intervenção no mundo social, em conexão com outros dois conceitos ou estratégias, também buscados em Foucault e aprofundados em outros autores: a produção de redes de amizade e o esforço por construir a vida como algo semelhante a uma “obra de arte original”, com o perdão da redundância pelo “original”, pois se imagina que toda obra de arte seja original, mas convém enfatizar.

Mesmo correndo certo risco de ficar piegas, explico melhor. Tenho 53 anos e convivo com alunos(as) dos cursos de ciências humanas (na graduação e na pós-graduação), em especial da Licenciatura em História, e com um filho de 17 anos e um sobrinho de 18. Convivo também com amigos e colegas de trabalho, da mesma faixa etária que eu. Observo com certa inveja o ardor juvenil de transformar a sociedade e sou constantemente tensionado, em especial pelos alunos da História, a tomar atitudes, defender causas, lutar por mudanças, que em geral me parecem demasiadamente “grandes”, algo do tipo “vamos derrubar o sistema”. Na outra ponta, convivo regularmente com colegas de mesma idade e observo seus esforços por transformações no ambiente doméstico, na educação de um(a) filho(a), na mudança de um currículo escolar, na elaboração

---

<sup>1</sup> Seminário *Das margens aos centros: sexualidades, gêneros e direitos humanos*, realizado entre os dias 25 e 27 de setembro de 2008, na Universidade Federal de Goiás, promovido pelo Ser-Tão Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade, programação completa em <[www.sertao.ufg.br/seminario](http://www.sertao.ufg.br/seminario)>.

<sup>2</sup> O texto inserido no CDROM de anais do Seminário tem como título “Resistir e(é) multiplicar a circulação entre margens e centros”.

de uma sentença judicial de caráter inovador, na redação de um parágrafo a ser inserido em um código maior, na organização de uma pequena associação para uma luta específica. Esses projetos de mudança, nas quais os colegas estão sinceramente empenhados, por vezes me parecem “pequenos” demais. Isto sem falar nos amigos que estão francamente envolvidos em “apenas viver”, sem preocupação alguma com uma possível “mudança do mundo”, e sou “obrigado” a admitir que vivem felizes e são ótimas companhias para jogar futebol, conversar, conviver, dialogar. Pessoas que fazem bem ao mundo.

Tudo isso, mais minha inserção de pesquisa numa linha teórica de caráter pós-estruturalista e meu convívio com estudiosas feministas e da teoria queer ajudam a produzir certa ansiedade que se traduz em indagações do tipo: o que é que efetivamente estou fazendo para transformar o mundo? Escrever artigos que analisem o poder e a norma e que denunciem situações de abuso é para mim suficiente como ação transformadora? Ainda quero “mudar o capitalismo”? Estou me transformando em um sujeito acomodado mesmo, tal como denunciam por vezes os mais jovens? Que conexões existem entre projetos pessoais de transformação e projetos de mudança social? Não vou multiplicar dúvidas existenciais e relatos da vida pessoal, apenas quero com o exposto assinalar que minha preocupação com a noção de resistência tem caráter existencial, além de envolvimento teórico e conceitual. Reconheço que uma das fontes da escrita sobre o tema são questões pessoais e assumo algumas consequências na redação, a mais evidente delas sendo a escrita na primeira pessoa. Vale dizer que escrever em primeira pessoa é uma forma de inscrição frente ao tema proposto. Não se pretende que a escrita em primeira pessoa seja vista como demonstrativa da superior capacidade intelectual de um sujeito autônomo, que pode falar de tudo. É apenas registro de inscrição, de lugar particular de fala.

Outra fonte importante para as reflexões que se fazem neste texto é que nos últimos anos tenho me concentrado no estudo das conexões entre masculinidades, gênero e sexualidade. Referencio-me na perspectiva teórica pós-estruturalista e busco investigar os processos culturais e pedagógicos de produção, manutenção e modificação das masculinidades, com especial ênfase para as relações entre masculinidade, corpo e sexualidade, políticas públicas de saúde e direitos sexuais. De acordo com orientação presente em parte da bibliografia internacional sobre masculinidades, tenho privilegiado o estudo de homens em contextos específicos, visando gerar informações sobre trajetórias de vida, interpelações particulares, jeitos e formas de viver a masculinidade, marcados por questões de raça, etnia, classe social, orientação sexual, geração, nacionalidade, profissão, religião, entre outras.

Tal opção não é apenas teórica, ela visa enfrentar uma tendência presente em boa parte dos artigos da mídia que, ao falar da assim chamada “crise da masculinidade”, insiste em desenhar uma espécie de modelo único para as trajetórias masculinas, referindo-se sempre ao homem, assim no singular. Esse homem no singular é, em geral, o homem branco, urbano, de classe média, ocidental, com grau superior de escolaridade, casado, adulto jovem, heterossexual. Dessa forma, quase tudo que se anuncia como pertencendo ao terreno das “novas masculinidades” está relacionado a esse perfil de homem. Com isso, temos uma importante estratégia política de subordinação dos outros modos de viver a masculinidade, com evidentes disputas no terreno das oportunidades e das possibilidades na vida em sociedade.

O principal autor em que me inspiro (CONNELL, 2003) utiliza uma disposição hierárquica do tipo pirâmide que contempla as várias masculinidades numa distribuição de poder. No topo, temos a masculinidade hegemônica e abaixo dela as masculinidades cúmplices, as masculinidades subordinadas de vários tipos, os modos de feminilidade enfatizada, as masculinidades resistentes, as feminilidades resistentes, as masculinidades abjetas. Isso configura uma ordem de gênero, orientada em torno da premissa de dominação de alguns grupos de homens sobre outros homens e sobre as mulheres. Sendo que a disposição piramidal, o que podemos imaginar em termos de circulação, se dá de modo vertical: alguns homens podem “subir” em direção a posições de masculinidade hegemônica (por exemplo, quando ficam ricos, ou quando ostentam um recorde esportivo, ou quando ficam famosos), enquanto outros podem “descer” em direção a posições de masculinidade subalterna (um homem que se assuma homossexual, um homem que pela idade tenha se tornado impotente sexual). Com o desenho piramidal, o que podemos pensar em termos de circulação preserva a hierarquia. Mas também podemos pensar em derrubar a pirâmide.

A indagação feita pelo seminário *Das margens aos centros: sexualidades, gêneros e direitos humanos* nos inspira a pensar em trânsitos horizontais, o que me parece mais produtivo para inserir um dado de resistência. Mesmo em posições diferentes, marcadas pela distância da desigualdade, de certa forma, estamos todos “na norma”, como diria Foucault. Não há posições exteriores à norma. Se estamos todos “na norma”, podemos pensar numa situação do tipo “todos no mesmo barco”. Os esforços de resistência para mudar o rumo do barco devem conjugar ações que “balancem as coisas dentro do barco”, com ações que reorientem o rumo do barco. A metáfora do barco é boa, mas ainda fica um problema: será que teremos ainda um barco ao final do processo?

Retorno às reflexões sobre a masculinidade para prosseguir. Há mais de uma configuração possível de masculinidade hegemônica (ou seja, também aqui podemos utilizar o plural, masculinidades hegemônicas), mas ela é pensada como ocupando o topo da pirâmide, ou o centro, e exercendo uma dominação social, que não envolve diretamente a força bruta, mas esta pode estar presente, de modo direto ou dissimulado. A hegemonia, entendida como capacidade de um grupo dirigir outros grupos sociais, em especial através do consentimento, se expressa por uma dinâmica cultural que se estende à vida privada e ao terreno social. Assim, mídia, família, governo, educação e ideologia podem ser canais pelos quais essa hegemonia é estabelecida. As relações entre os vários grupos de homens ou mulheres nessa hierarquia podem ser pensadas como lutas de poder em que um grupo busca ascender ou derrubar outro, mas podem também ser pensadas como relações de resistência. E o que seria então resistir a posições de margens e centros? Ao resistir, não temos necessidade de derrubar o outro? Ocupar a posição do outro, que foi derrubado, é uma manobra de resistência ou de assimilação? Essas são questões das quais me ocupo mais adiante, sem nenhuma pretensão de ter respondido de forma completa.

Pensando ainda sobre hegemonia, de modo mais vinculado às ideias de Antonio Gramsci (GRAMSCI, 1999, 2004, 2005), pode-se afirmar que a classe dominante, para ser também uma classe dirigente, necessita construir um bloco de alianças, produzindo um consenso passivo das classes, camadas ou grupos dirigidos. Aqui se recupera a raiz da palavra hegemonia, do grego *hegemon*, líder ou liderança. Voltam algumas questões ligadas à ideia de circulação entre margens e centros: estabelecer alianças, mesmo que temporárias, com grupos sociais antagônicos é ato de resistência? Articulações de alianças promovem circulação entre margens e centros? Ficam essas questões também para mais adiante.

Para concluir este item introdutório, retomo algumas considerações acerca de margens e centros, fruto dos debates ao longo do seminário. Posso entender que não se deseja simplesmente passar quem está na margem (por exemplo, uma minoria sexual) e colocá-la no centro, na suposição de que até podem existir várias margens, mas necessariamente um único centro. Ao contrário, opero aqui com a ideia de que há margens e centros. Muitos centros, muitas margens. Pode parecer pouco, mas é estratégico. Não se trata de trazer quem está na margem para o centro. Esse processo, tão desejado por muitos movimentos sociais e muitos indivíduos, lembra a manobra da inclusão, da normalização. Trazer da margem ao centro pode ser colocar na regra, inserir no regime de heteronormatividade, por exemplo.

É diferente pensar que existem margens e centros, criados por forças em tensão e que coexistem, como locais por onde se pode circular. Se tomar a identidade como uma posição de sujeito, uma posição de apego temporário, fruto de uma interpelação, posso imaginar que todos somos habitantes de territórios das margens ou dos centros em determinados momentos de nossa trajetória. Um dos objetivos poderia ser o de aumentar a circulação entre margens e centros, impedindo que alguém permaneça na margem eternamente, enquanto outros permanecem no centro por toda sua existência. Podemos também valorizar atributos da margem, combinando com garantias legais que ainda não temos para quem está nessa posição. Uma bandeira de luta do movimento gay poderia então ser a combinação de várias afirmações: não queremos ser “salvos” das margens; não queremos ser “curados” da nossa homossexualidade; não queremos ficar “iguais” aos que hoje ocupam o centro (embora queiramos outras modalidades de igualdade); não queremos ser “perdoados”; não queremos que ninguém tenha “morrido” por nós. Queremos apenas garantias (ou direitos humanos) para seguir vivendo e funcionando nas margens, como minoria sexual. Queremos não apenas ter todos os direitos de quem hoje está no centro, como também queremos inventar novos direitos, sem ser centro (será possível?). Enfim, a partir dessa ideia simples, de que podem existir muitas margens e muitos centros, podemos traçar originais estratégias de distribuição e acesso ao poder, modificando as redes ao nosso favor. Mas como isso combina com evitar o fechamento das comunidades sobre si próprias? Fica mais essa questão para ser respondida.

Na conexão entre esses campos de interesse e conhecimento, brevemente situados, e essas muitas questões, desenho então minha proposta de escrita, que tem os seguintes elementos: a) considerações sobre a norma, sobre a heteronormatividade, por vezes chamada de heterossexualidade compulsória; b) reflexões sobre o tema da resistência, conforme estabelecido por Michel Foucault em várias oportunidades; c) reflexões sobre os movimentos sociais das homossexualidades, construídos nos últimos anos em forte relação de atração com a heteronormatividade, com os modelos e instituições que suportam a figura tradicional do homem heterossexual (casamento, família, filhos, exército, força física, músculos, aparência viril etc.). Em suma, construídos com a evidente valorização da virilidade, ou de certa forma de virilidade, no ambiente homossexual; d) propor algumas estratégias educativas de resistência.

Com esse percurso, espero dar conta de demonstrar a validade e a produtividade política das estratégias de resistência, aqui pensadas na ótica do aumento da circulação entre margens e centros, evitando reificar tanto a

margem quanto o centro como espaços de residência fixa. A reflexão teórica sobre o tema busca sua articulação com algumas realidades sociais que, no meu entender, precisam ser modificadas, pois nelas há claros sinais de injustiça social.

### **Na norma todos estamos**

As normas sociais não são algo exterior a nós, frente às quais possamos simplesmente decidir se vamos a elas nos adequar ou delas discordar. Elas nos atravessam, nos constituem, nos produzem. Ao trabalhar com gênero e sexualidade, a norma pode ser nomeada como heteronormatividade. Conforme Louro (2008), a heteronormatividade diz respeito a um processo de produção e reiteração compulsória da norma heterossexual, que supõe um alinhamento “normal” e coerente entre sexo-gênero-sexualidade. Aquilo que escapa a esse alinhamento deve ser corrigido ou punido. A normalização, via inclusão, é uma das estratégias possíveis de trazer ao alinhamento, eliminando o que é visto como impensável ou inteligível.

Somos cientes do quanto nossas sociedades supõem e reiteram um alinhamento. As normas sociais regulatórias pretendem que um corpo, ao ser identificado como macho ou como fêmea, determine, necessariamente, um gênero (masculino ou feminino) e conduza a uma única forma de desejo (que deve se dirigir ao sexo/gênero oposto). O processo de *heteronormatividade*, ou seja, a produção e reiteração compulsória da norma heterossexual inscrevem-se nessa lógica, supondo a manutenção da continuidade e da coerência entre sexo-gênero-sexualidade. É binária a lógica que dá as diretrizes e os limites para se pensar os sujeitos e as práticas. Fora desse binarismo, situa-se o impensável, o inteligível. Citando Louro (2008):

O processo de *heteronormatividade* sustenta e justifica instituições e sistemas educacionais, jurídicos, de saúde e tantos outros. É à imagem e semelhança dos sujeitos heterossexuais que se constroem e se mantêm esses sistemas e instituições – daí que são esses os sujeitos efetivamente qualificados para usufruir de seus serviços e para receber os benefícios do estado. Os outros sujeitos, aqueles que fogem à norma, podem ser, eventualmente, reeducados ou reformados (na medida em que seja adotada a ótica da tolerância e complacência); ou talvez sejam relegados a um segundo plano e devam se contentar com recursos alternativos, inferiores; quando não são simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos. A

*heteronormatividade* justifica tais arranjos sociais; justifica conhecimentos, práticas, jogos de saber/poder. Portanto, desconstruir sua lógica, demonstrar a fabricação histórica de tal processo e as manobras constantemente empreendidas para reiterá-lo pode contribuir para desmontá-lo. A “proliferação e a dispersão das sexualidades”, bem como a “dispersão dos discursos”, anunciadas por Foucault, servem para perturbar e para estranhar essa suposta ordem.

Os indivíduos “não normativos”, como as minorias sexuais LGBT, devem negociar suas identidades em tensão com a disposição heteronormativa da sociedade. Não se trata de simplesmente “negar” o regime heteronormativo, uma vez que ele é constituinte e fundador das instituições onde estamos mergulhados e que nos produzem, como família, estado, escola, empresas, religiões etc. A originalidade das estratégias de negociação está vinculada à noção de resistência, conforme discuto a seguir.

### **Resistir não é tarefa menor**

Pensar no traçado de estratégias políticas, operando com a ideia de que há muitos centros e muitas margens e que desejamos aumentar a circulação de indivíduos entre eles, pode ser feito a partir do conceito de resistência de Foucault. Não se toma o poder, mas resiste-se a ele. De acordo com a máxima foucaultiana de que “onde há poder, há resistência”, em verdade, conhecemos os efeitos do poder pela resistência. Resistir ao poder pode parecer pouco, mas na concepção de Foucault é o jogo estratégico possível em relação ao poder, e se opõe à obediência, situação que para o autor é a morte da política dos poderes, pois é sujeição, submissão completa, não fazendo sentido falar em jogo de poder. Há momentos na vida em que o grau de submissão de um indivíduo a outro é completo e a obediência se impõe, de um lado, e, de outro, se coloca o exercício mais despótico de poder. Mas há de reconhecer que essas são situações raras, de curtos momentos na história, pessoal ou social. A situação mais frequente é aquela de um jogo de forças, onde a distribuição de poder é desigual, mas há espaço para estratégias de resistência.

Muitas vezes, a afirmação “me libertei” (ou me emancipei) do outro, ou de uma situação, demonstra que o polo que “manda” é justamente o outro e não o meu polo. Ou seja, não inventei nada de novo, “apenas” me libertei do outro. Ao afirmar isso, não estou desdenhando ou diminuindo o esforço de “libertação”, apenas enfatizo que a ideia de resistência tem caráter mais profundo, apontando para um movimento de produção da trajetória de vida.

Para a resistência, o enfrentamento com o poder não se dá em momentos determinados, é atividade cotidiana. Se disser que passei da margem ao centro, de modo claro sinalizo que o centro (inventado, construído e sustentado pelo outro) é a regra, a norma, o lugar onde todos querem estar. A ideia de resistência introduz a noção de invenção de projeto de vida, de criação, não de forma ingênua, buscando um lugar sem a influência do poder do outro, mas num lugar estratégico em que estou me relacionando com o poder do outro, que me constitui, mas estou resistindo. Resistir é inventar seu projeto de vida, não apenas negar os valores do outro que me domina. Sei o quanto é polêmica essa afirmação, mas para Foucault não se vence o poder, se resiste a ele. A citação abaixo, de uma entrevista de Foucault, serve para alimentar uma produtiva discussão a respeito do tema.

– Você escreve que o poder não é somente uma força negativa, mas também uma força produtiva; que o poder está sempre presente; e que onde há poder, há resistência, e que a resistência não é nunca uma posição de exterioridade em relação ao poder. Mas se é assim, como não chegarmos à conclusão de que estamos presos no interior dessa relação e de que não podemos, de uma certa maneira, escapar?

– Na realidade, eu não penso que a palavra “presos” seja a palavra justa. Trata-se de uma luta, mas o que quero dizer quando falo de relações de poder é que estamos, uns em relação aos outros, em uma situação estratégica. Por sermos homossexuais, por exemplo, estamos em luta com o governo e o governo em luta conosco. Quando temos negócios com o governo, a luta, é claro, não é simétrica, a situação de poder não é a mesma, mas participamos ao mesmo tempo dessa luta. Basta que qualquer um de nós se eleve sobre o outro, e o prolongamento dessa situação pode determinar a conduta a seguir, influenciar a conduta ou a não-conduta de outro. Não somos presos, então. Acontece que estamos sempre de acordo com a situação. O que quero dizer é que temos a possibilidade de mudar a situação, que esta possibilidade existe sempre. Não podemos nos colocar fora da situação, em nenhum lugar estamos livres de toda relação de poder. Eu não quis dizer que somos sempre presos, pelo contrário, que somos sempre livres. Enfim, em poucas palavras, há sempre a possibilidade de mudar as coisas.

– A resistência está, então, no interior dessa dinâmica da qual se pode retirá-la?

– Sim. Veja que se não há resistência, não há relações de poder. Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. A partir do momento que o indivíduo está em uma situação de não fazer o que quer, ele deve utilizar as relações de poder. A resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo, seu efeito obriga a mudarem as relações de poder. Eu penso que o termo “resistência” é a palavra mais importante, a palavra-chave dessa dinâmica.

– Politicamente falando, o elemento mais importante pode ser, quando se examina o poder, o fato de que, segundo certas concepções anteriores, “resistir” significa simplesmente dizer não. É somente em termo de negação que se tem conceitualizado a resistência. Tal como você a compreende, entretanto, a resistência não é unicamente uma negação. Ela é um processo de criação. Criar e recriar, transformar a situação, participar ativamente do processo, isso é resistir.

– Sim, assim eu definiria as coisas. Dizer não constitui a forma mínima de resistência. Mas, naturalmente, em alguns momentos é muito importante. É preciso dizer não e fazer deste não uma forma decisiva de resistência.

– Isso suscita a questão de saber de qual maneira, e em qual medida, um sujeito – ou uma subjetividade – dominado pode criar seu próprio discurso. Na análise tradicional do poder, o elemento onipresente sobre o qual se funda a análise é o discurso dominante, as reações a este discurso ou, no interior desse discurso, apenas os elementos subsidiários. Entretanto, se por “resistência” no seio das relações de poder entendemos mais que uma simples negação, não se pode dizer que certas práticas – o S/M lesbiano, por exemplo – são de fato a maneira na qual sujeitos dominados formulam sua própria linguagem?

– De fato. Eu penso que a resistência é um elemento das relações estratégicas nas quais se constitui o poder. A resistência se apoia, na realidade, sobre a situação a qual combate. No movimento homossexual, por exemplo, a definição médica de homossexualidade constituiu-se em um instrumento muito importante para combater a opressão da qual era vítima a homossexualidade no fim do século XIX e início do XX. Esta medicalização, que foi um meio de opressão, tem sido também um instrumento de

resistência, já que as pessoas podem dizer: “se somos doentes, então por que nos condenam, nos menosprezam?”, etc. É claro que este discurso nos parece hoje bastante ingênuo, mas para a época ele foi muito importante (FOUCAULT, 2008).

Resistir não é tarefa menor para Foucault. Infelizmente, o verbo resistir, no linguajar comum, refere-se a uma ação de pequena importância, uma vez que o melhor mesmo é vencer, ganhar, derrotar, triunfar, estes sim verbos “fortes”. A resistência para Foucault é em parte admitir que todos nós estejamos constituídos pelo poder do qual resistimos, que ele nos atravessa, nos cria enquanto sujeitos, nos constitui. O poder da dominação se sustenta não apenas porque o dominador é forte, mas também porque parte de nossos desejos mais “verdadeiros” enquanto dominados são estratégicos em relação a esse poder dominante e dele dependentes. É a partir dessa situação, do reconhecimento de que somos constituídos pela norma, de que no poder “estamos”, que se pode pensar em formas de resistência. O poder não é centralizado, a resistência a ele também não será.

Levando essa proposição de resistência para a área de Educação, onde trabalho e pesquisa, poderíamos falar em pedagogias da resistência. Falar em pedagogias culturais (pedagogias do gênero e da sexualidade, pedagogias da masculinidade) implica um movimento de leitura de práticas culturais e sociais pela ótica da constituição identitária de determinados sujeitos. Essas práticas atuam enquanto propostas pedagógicas ou podem ser “lidas” como instâncias pedagógicas. As “práticas de si” ensinam desejos, ensinam modos de sentir, de se comportar, de reagir. Pensando de modo um pouco diverso, podemos afirmar que os produtos culturais são portadores de pedagogias. A expressão pedagogias da resistência diz respeito a um conjunto de aprendizados e de estratégias de conhecimento que buscam formar o indivíduo que resiste ao poder, que se relaciona com o poder pela ótica da resistência, acima explicitada. Mesmo sabendo que os binarismos são pobres, recorro a um deles: o indivíduo que resiste ao poder nem é um indivíduo que se acha “fora” do poder, nem é um indivíduo que “adere” de forma acrítica às estratégias do poder.

Indago se a visibilidade que acompanha a emergência da figura do homossexual, se as demandas do movimento social das identidades sexuais, se todas estas conquistas não contêm em si os elementos de uma normalização do sexo, de uma assepsia das práticas, que devem enfim se conformar ao que a visibilidade possibilita. Fortemente, o movimento sexual LGBT deseja a inclusão das identidades sexuais num conjunto de benefícios da norma

heterossexual. A inclusão é justa, é necessária, resolve vários de nossos problemas a curto e médio prazo, mas representa uma estratégia de normalização, ou pode representar, pois isso depende do modo como negociarmos os processos de inclusão.

Será que podemos dizer que desejamos apenas garantias de segurança para ser como gostamos de ser? É simples assim? A regulamentação que necessariamente acompanha esse processo de visibilidade e conquistas expulsa para a periferia modos não hegemônicos de vida sexual, aqueles que não desejam a visibilidade, mas que desejam existir. O processo de visibilidade e conquista de direitos vem acompanhado de mudanças nos modos de ser das identidades sexuais. Acredito que se possa afirmar que essas mudanças tornam o exercício do sexo “mais comportado”, palatável aos padrões de visibilidade para toda a sociedade. Esta é uma importante questão para debate, a meu ver a principal das conexões entre homossexualidades e heteronormatividade.

### **Estratégias educativas de resistência: nada mais que sugestões**

A partir das noções desenvolvidas acima, em particular aquelas referentes ao poder e à resistência, e pensando na elaboração de pedagogias do gênero e da sexualidade como pedagogias de resistência, apresento algumas sugestões de estratégias, para discussão, sem nenhuma pretensão de esgotar o tema.

**a)** Os processos educativos são, em geral, grandes lugares de controle dos discursos. Isso ocorre porque são pensados como vias de mão única, onde uns entram para aprender, outros para ensinar, e essa hierarquia deve ser mantida. Tendo em vista as discussões feitas acima, em especial a noção de resistência, precisamos assumir que o desenho das propostas educativas devem se basear em processos dialógicos e interativos. Para quem está na posição de professor, educador, coordenador de oficina ou liderança de movimento social, cuidar o “prazer” de deter a verdade e o estabelecimento das direções “corretas” de luta e as consequências que isso gera.

**b)** O desenho das estratégias políticas diz muito das teorias em que acreditamos, e os métodos não servem a diferentes teorias, são sempre produtos delas. Isso deve estar explicitado a cada momento, e nem sempre os fins justificam os meios, ou seja, o uso de estratégias autoritárias (leia-se, sem consulta e debate ao conjunto dos interessados) para obtenção de supostos benefícios para as minorias sexuais traz como resultado mais normalização e menos capacidade de resistência.

**c)** Segundo Foucault, conhecemos bem os procedimentos de exclusão: a interdição (tabus em relação a certos objetos, por exemplo); as práticas de separação/rejeição (segregar os doentes, os loucos, os rebelados etc.); a construção de quadros de oposição verdadeiro/falso (o que em geral desqualifica os saberes populares, na concorrência com os saberes científicos). Nosso problema é pensar que a inclusão, tão desejada por todos, convertida hoje em dia em política oficial de governo e do movimento LGBT, pode ser o principal dos procedimentos de exclusão, pois para Foucault incluir pode rimar com normalizar, corrigir, enquadrar, submeter, subordinar, higienizar. Por vezes, modos de incluir são mais tirânicos do que uma exclusão. Em tempos em que a maioria das políticas públicas se adjetiva como “inclusivas”, vale discutir o peso dessa palavra.

**e)** A amizade representa, no desenho da obra de Foucault, e também em muitas passagens de Paulo Freire, um tipo particular de resistência ao poder. Amizade se vincula ao cuidado de si e ao cuidado do outro. Amizade fala de laços buscados e mantidos por livre associação e livre adesão, diferentes dos laços de sangue, de família, anteriores ao indivíduo e com regramentos jurídicos já definidos. Diferente também dos laços profissionais, dos laços que nos unem aos outros em instituições (instituições de ensino, de saúde, de lazer etc.). Lembrar disso ao pensar que nossas intervenções são de base comunitária.

**f)** Não basta analisar as estruturas de poder, denunciando seu verticalismo, suas hierarquias pesadas, os empecilhos que colocam a livre circulação e o exercício da autonomia. Difícil mesmo é construir estruturas leves, onde a circulação de poder aconteça. Pensar uma tensão que produza distribuição do poder em rede, uma nova espacialidade do poder. Redes onde a informação circule e não fique presa a alguns nós. Redes onde a tomada de decisão só possa acontecer após a circulação da discussão. Parece-me que hoje temos tecnologias que permitem esses desenhos e essas dinâmicas.

**g)** Não essencializar a posição das margens, e especialmente não essencializar o conhecimento que ali se produz, como sendo necessariamente um conhecimento “a favor dos oprimidos”, como sendo a única posição que pode produzir conhecimento “verdadeiro”. E também não essencializar a posição do centro, e especialmente não essencializar o conhecimento que ali se produz, como sendo necessariamente um conhecimento “a favor dos opressores”, como sendo uma posição na qual todo conhecimento produzido deve ser olhado com suspeição. Há posições em que o conhecimento produzido diz mais respeito à manutenção das coisas e há posições em que o

conhecimento produzido diz mais respeito à modificação das coisas. Os dois movimentos são necessários para pensar as estratégias de resistência.

**h)** É possível pensar a ação política, na vida de um indivíduo ou de um movimento social, a partir apenas de estratégias de resistência? Penso que não, as estratégias de resistência convivem com o jogo político tradicional: barganhas, jogos de poder, interesses eleitorais, alianças, conchavos. Difícil estabelecer como se dão as relações entre esses dois campos. Como indicação de pistas, penso que as manobras do jogo político tradicional apoiam-se em identidades fixas, em binarismos, em estratégias verticais, que implicam “subir” e ocupar as posições superiores, “derrubando” os que estão acima. As estratégias de resistência na luta política buscam dissolver as identidades, buscam zombar dos lugares centrais, expressam-se numa linguagem aberta, por vezes ambígua. Estabelecem relações entre sexualidade e muitos outros marcadores sociais de diferença, construindo com isso uma rede de posições de sujeito.

**i)** Pensando mais diretamente no caso do movimento homossexual, buscar a criação de grupos nos quais elementos como o afeto, a amizade e ações de autoajuda possam conviver ao lado das estratégias de luta. Não permitir que toda a discussão do “ser gay” fique exilada nos consultórios médicos e psicológicos, transformada em problemas pessoais. Muito menos permitir que unicamente o mercado diga como devemos ser e onde devemos ir e o que devemos vestir. Reforçar nos grupos a ideia de uma “turma” e não permitir uma divisão extrema entre ativistas e indivíduos da “comunidade gay”, não precisamos ser sindicato o tempo todo.

**h)** por fim, buscar o que seria um estatuto possível da autonomia, na tensão entre o individual e o social, entre a manutenção e a modificação, equilíbrio sempre difícil, posição dinâmica.

## Referências

CONNELL, Robert William. *Masculinidades*. México D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México – Programa Universitario de Estudios de Género, 2003.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, an Interview: Sex, Power and the Politics of Identity. Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, junho de 1982; *The Advocate*, n. 400, 7 de agosto de 1984, p. 26-30 e 58. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/sexpodident.html>>. Acesso em: 1º ago. 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 6 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. 2 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cartas do cárcere*. 2 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. O estranhamento queer. Comunicação apresentada no *Fazendo Gênero/2006* Simpósio temático: A violência material e simbólica. Disponível em: <<http://64.233.169.104/search?q=cache:KVBUSognsSsJ:www.unb.br/ih/his/gefem/labrys11/libre/guacira.htm+heteronormatividade&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

SEFFNER, Fernando. Resistir e(é) multiplicar a circulação entre margens e centros. In: *Anais do Seminário Das margens aos centros: sexualidades, gêneros e direitos humanos*. Goiânia / GO, Universidade Federal de Goiás, 2008.